

# ESTUDOS NIETZSCHE

VOL. 14 - N. 02 ISSN 2179 - 3441

---

Resenha de  
SIMONIN, David (org.). *Figures de la puissance dans la philosophie de Nietzsche*. Paris: Rue d'Ulm, 2023.

Danilo Bilate 

Departamento de Filosofia da UFRRJ, PPGFIL-UFRRJ e PPGF-UFRJ, Seropédica/Rio de Janeiro, RJ, Brasil, Contato: [danilobilate@gmail.com](mailto:danilobilate@gmail.com)

O livro *Figures de la puissance dans la philosophie de Nietzsche* (Figuras do poder na filosofia de Nietzsche) foi muito recentemente publicado, tendo sido organizado por David Simonin, um expoente da nova geração de nietzschianos, ele que soube juntar em sua coletânea a fina flor dos seus pares franceses. Prefacia essa obra Paolo D'Ioro, responsável pela continuação dos trabalhos de organização da edição crítica dos escritos de Nietzsche e, notadamente, pela sua disponibilização gratuita *on-line*.<sup>1</sup> Seu prefácio comprova sua vocação inquestionável para o trabalho filológico. Considerando ser “oportuno”, como ele escreve (p. 11) e com o quê concordamos, “avisar os leitores menos experientes” nos estudos nietzschianos da falta de confiabilidade das edições que levam o nome de “Vontade de poder”, D'Ioro expõe com clareza os motivos para esse descrédito (p. 9-13). Em seguida, o autor trata diretamente da noção de vontade de poder, dela identificando, por sua leitura, três fases: psicológica (p. 14-15), fisiológica (p. 15-20) e ontológica (p. 20-24). Ao explicar essas fases, o autor expõe com rigor as mudanças pelas quais a noção passou, de sua terminologia (de “sensação” para

---

<sup>1</sup> A chamada e-KGWB, disponível em: [www.nietzschesource.org](http://www.nietzschesource.org). Além da facilidade do acesso por meio digital, o projeto permite a busca de palavras em todos os escritos de Nietzsche, ferramenta sobremaneira útil.

---

“vontade”) e de suas concepções, sustentadas por influências recebidas pelas leituras de Nietzsche, principalmente de Wilhelm Roux, que o filósofo incorpora à sua maneira. O prefácio antecede uma “introdução”, escrita pelo organizador do livro, David Simonin. Nele, é mostrada a centralidade da noção de vontade de poder para a recepção de Nietzsche por seus apoiadores e detratores, e é prometido “nem condenar o pensamento de Nietzsche nem edulcorar o que ele pode veicular de profundamente desestabilizador, mas fazer justiça, tanto quanto se pode, à sua complexidade” (p. 26).

No primeiro capítulo, “Nietzsche, poder e violência: retrato do filósofo como terrorista”, Guillaume Métayer aborda a metáfora da “dinamite” tornada célebre no §1 de “Por que sou um destino” de *Ecce Homo*. O autor explora a sua amplitude semântica, mostrando tratar-se não de uma escolha ao acaso, mas de deliberada alusão à violência, relacionável a termos como “atentado” ou “terrorismo”. Ocorre que essa agressividade tem de ser entendida no campo epistêmico: “A metáfora terrorista apresenta a filosofia como uma ação que golpeia os sistemas epistêmicos em seus pontos nevrálgicos e seu coração estratégico. [...] Mais do que o argumento, ela apela para o ‘atentado’ filosófico e literário” (p. 35). Após explorar várias passagens, de momentos distintos da obra nietzschiana, em que se encontram os termos-chave referidos acima, Métayer conclui que “a acumulação da energia e a canalização da violência são pensadas em um mesmo movimento na noção de *Züchtung* [cultivo]” (p. 45). Com seu estudo, o autor deixa claro que a adequada compreensão da vontade de poder passa pela admissão de que Nietzsche é um apologista da violência, ainda que lhe interesse sobretudo mostrar como ela se efetua no campo da cultura.

Em “A liberdade do espírito, entre força e fraqueza”, Rachele Salerno mostra “a maneira como os conceitos de espírito livre e de força se articulam em diferentes fases da filosofia nietzschiana” (p. 49). Ela mostra como à época de *Humano, demasiado humano*, Nietzsche concebia o espírito livre como fraco, por sua indecisão causada por sua criticidade (p. 50-52), em uma inversão irônica da concepção iluminista da mesma figura. Já a partir do final do segundo volume do referido livro, Salerno explora (p. 53-55) “a paixão pelo conhecimento” como um sinal de força, o que representa, a seu ver, uma mudança em relação ao volume anterior. É com *Aurora* que esse movimento ganhará tons definitivos, sendo tal livro “um verdadeiro hino à paixão pelo conhecimento” (p. 54), alinhando Nietzsche às Luzes. Na sequência, a autora mostra (p. 56-57) como em 1887, com a última parte de *Gaia ciência* e com *Além do bem e do mal*, Nietzsche passa a medir, pela dose de verdade que um espírito é capaz de suportar, a sua força. A questão se torna a de descobrir como é possível o espírito forte (p. 58-60), ao que se responde que sua formação depende de condições adversas que permitem o esforço por seu refinamento. Assim, Nietzsche está atento aos fatores externos e internos ao indivíduo que permitem seu fortalecimento (ou

---

enfraquecimento) (p. 61). Lamentavelmente, a interessante reflexão proposta pela autora é finalizada com um corte abrupto.

O capítulo seguinte é destinado ao texto do organizador do livro, David Simonin, e tem como título “*Aurora*, pensamentos sobre o sentimento de poder”. O autor parte de um rascunho para o subtítulo da referida obra, no qual constava o sintagma “sentimento de poder” (*Gefühl der Macht*, p. 63). Ele explora (p. 64) menções nietzschianas a essa mesma expressão ou semelhantes, como *Machtgefühl*, em sua relação com os preconceitos morais (p. 65-69). Ele investiga como o sentimento de poder precisa ser rebaixado no indivíduo e deslocado para a comunidade, por conta da moral gregária (p. 70-71), através de uma “projeção ilusória” (p. 71). Não apenas é quimérico esse deslocamento, mas o próprio sentimento de poder do “rebanho” (p. 73), pois ele só pode ser real quando vivenciado por um indivíduo forte, capaz de autodomínio (p. 73-74). Mas a dificuldade de precisar a força de um indivíduo leva o autor a concluir que “os textos de Nietzsche se esforçam por multiplicar as nuances e dar conta de um grande número de lógicas, gregárias ou individuais, onde o poder e a impotência relativas se entremisturam diversamente” (p. 75). De toda maneira, o caráter ilusório do sentimento de poder é difícil de ser medido. Simonin analisa textos nos quais Nietzsche observa o fator social envolvido, pelo reconhecimento do poder de um por outrem, seja esse reconhecimento correto ou enganado (p. 76-79). O artigo se encerra pelo alerta de que se tratava apenas de conhecer os primeiros passos, em *Aurora*, da noção que mais tarde viria a ser renomeada como “vontade de poder” (p. 80).

Com o título “O sentimento de poder experimentado com a autossuperação”, Nicolas Quérini diz com precisão o que pretende estudar em seu texto. Sustentando-se no famoso §2 de *O anticristo*, o autor toma como sinônimos a autossuperação e o sentimento de poder (p. 81-82). É por isso que ele leva em consideração as referências de Nietzsche ao “torna-te o que tu és” de Píndaro (p. 83-84), como um movimento de superação de obstáculos e sofrimentos (p. 84-86), que se confunde com a liberdade de espírito (p. 87-89). O autor passa então a tratar de aspectos da vida de Nietzsche que evidenciam sua própria autossuperação como vitória sobre sua doença (p. 90-92) e, depois, da superação do niilismo (p. 93-94). Sua conclusão (p. 95) não acrescenta nenhuma novidade, o que pode ser dito de todo o seu texto.

Em “Potências do travestimento: a lógica da máscara à luz da teologia da cruz de Lutero”, Ana-Carolina Cazal promete investigar a questão do travestimento, em sua função positiva de mascarada e negativa de hipocrisia (p. 97-98) para apresentar sua hipótese que relaciona aquela questão à teologia da cruz de Lutero, oposta por seu autor à teologia escolástica, por apresentar um Deus escondido e invisível, travestido no “escândalo da cruz” (p. 100). Após apresentar a posição de Lutero sobre a falsa humildade (p. 101-104), ficamos a pensar qual a relação do texto de Cazal com a

---

proposta temática do livro. Essa relação se faz ver timidamente em raros momentos, quando, por exemplo, ela apresenta a posição nietzschiana segundo a qual Lutero vulgarizou o cristianismo, retirando dele qualquer traço da nobreza visível pela hierarquia e suprimindo, assim, seu poder (p. 106). Também é apresentada a ideia de que a hipocrisia dos fortes, consciente de si, é fonte de poder (p. 110), mas esses exemplos se perdem numa costura desorganizada de retalhos de comentários de Nietzsche sobre Lutero.

O próximo capítulo, “‘A mentira é o poder...’. Nietzsche e as figuras da mentira” de Alexandre Fillon parte do fragmento póstumo 11[415] de 1887, onde o filósofo faz a afirmação que dá título ao artigo, para interpretá-lo em detalhe. Após afirmar, com toda razão, que, para a compreensão desse fragmento deve-se ter em mente que “em Nietzsche não há condenação a priori da mentira: nem ao nome de um dever de verdade, porque a verdade é uma forma mascarada de mentira, nem ao nome de um imperativo moral ou social” (p. 115), Fillon parte para um estudo correto do texto da juventude *Sobre verdade e mentira no sentido extramoral* (p. 116-117). Ele mostra, em seguida, que as posições centrais desse texto se mantêm na década de 1880, sempre evidenciando que uma “lógica de poder” sustenta a “necessidade de mentir” enquanto “exigência vital para o homem” (p. 118). Daí apenas um passo para chegar às noções de interpretação e perspectivismo que, ambas, sinalizam para a mentira como “expressão da vontade de poder” (p. 119). Fillon se pergunta, então, pelo motivo de a “mentira ascética” não poder ser considerada como “legítima” (p. 121). Ele mostra como a mentira consciente-de-si, como astúcia portanto, é expressão de força, mesmo quando praticada pelos sacerdotes que Nietzsche critica, precisamente, por mentirem (p. 122). A solução desse aparente paradoxo se encontra no §56 de *O anticristo*, que Fillon traz para análise: o critério diferenciador é o objetivo da mentira (p. 123-124). E qual o uso do próprio Nietzsche da mentira? “Ele visa liberar a crença afetiva em ilusões, necessária para a vida, da coleira da vontade de verdade” (p. 126), posição dependente, enfim, da sabedoria trágica, do dionisíaco, do amor pela vida consciente de seu caráter inevitavelmente artístico (p. 127).

“Sócrates e Platão no último Nietzsche. Dois arquétipos de poder no cruzamento dos valores” de Yannick Souladié é o penúltimo capítulo. O competente autor inicia o texto abordando rapidamente a importância de Sócrates e Platão para o *Crepúsculo dos ídolos*. Ele mostra como Nietzsche concebia os dois filósofos gregos como figuras distintas, antes de 1888 (p. 130-132). Ele passa então a investigar os comentários nietzschianos sobre aqueles pensadores, no derradeiro ano de sua vida produtiva, dizendo que, se antes Platão era considerado mais nobre do que Sócrates, isso se inverte agora (p. 132). A atenção se volta à figura do segundo. Souladié investiga a acusação de que Sócrates era criminoso e sua relação com uma acusação mais branda, a

---

de ser feio, para concluir que ambas se sustentam na degenerescência de Sócrates, devida à sua “anarquia de instintos” (p. 135). Mas seu crime se explica de maneira mais detalhada: é como médico da cultura helênica que Sócrates é criminoso, por manter em vida uma cultura que já se encontrava em decadência. Aí se percebe uma mudança em relação ao que Nietzsche dele dizia em seu primeiro livro: “Se *O nascimento da tragédia* acusava Sócrates de ter ‘destruído’ o mundo grego, *O crepúsculo dos ídolos* não lhe reprova por ter provocado sua queda, mas, ao contrário, de tê-la retardado” (p. 137). Mas isso não significa que o grego era visto apenas em seu aspecto negativo, sendo respeitado e aproximado ao dionisíaco grego (p. 139). Souladié passa a dar atenção à figura de Platão, especialmente à acusação de ele ser um “covarde” (p. 141), mas mais detidamente ainda à de ele ter um estilo ruim. Nisso, Platão se diferencia radicalmente dos romanos, sobre o quê Souladié trata na sequência (p. 141-144). As últimas páginas são dedicadas ao elogio nietzschiano à cultura romana e sua consideração de ter sido o cristianismo o responsável pela queda romana. Esse ponto é notável. Ainda falta aos estudos sobre Nietzsche dar a devida atenção à romanidade nietzschiana.

O livro se encerra com o texto de Alexandre Avril, intitulado “Vontade de poder, vontade de distância. Posição do percurso genético do conceito de ‘distância’ em Nietzsche”. O autor deixa bem claro seu propósito logo no início do texto, a saber, mostrar que a distância é uma das formas da vontade de poder: “A distância parece um meio da vontade de poder quando ela é *ativa*, quando ela resulta de um ato de tomada de distância” (p. 149); e isso através de um estudo amplo das ocorrências da palavra *Distanz* nos escritos nietzschianos (p. 150). Esse estudo se divide em “momentos”. No primeiro, entre 1880 e 1882, o comentador identifica (p. 151-152) que o uso do termo não se estrutura a ponto de torná-lo um conceito. No segundo momento, entre 1883 e 1885, essa estruturação começa a ganhar corpo através da criação do sintagma “afeto de distância” (p. 153-154), como um sentimento do homem superior que provoca consciência de sua própria superioridade. O terceiro momento, entre 1885 e 1888, é o que dá lugar à consolidação da famosa noção de “*pathos* da distância”. É aqui que ela pode ser claramente associada à vontade de poder (p. 154-155). Mas essa associação deve ser entendida como especificamente um afeto dos fortes ou nobres. Daí que a vontade de poder decadente, como a dos membros de uma comunidade igualitária, não possa ser ligada ao desejo de distância (p. 156-158), esse que pressupõe uma crítica à igualdade. Avril entende haver um último momento, restrito a *Ecce homo*, para o qual ele dedica apenas um pequeno parágrafo (p. 158). Talvez por falta de desenvolvimento, ficamos sem saber em quê a nova expressão “sentimento de distância” se diferenciaria semanticamente do momento anterior. A conclusão (p. 159) não é mais farta.

Misturando alguns bons e outros apenas razoáveis textos, a coletânea “Figuras do poder” de Simonin é mais um exemplo de uma fonte interessante para as pesquisas-Nietzsche que, no entanto, nos fazem pensar sobre a função desse tipo de

publicação. Em um mundo acadêmico digitalizado em que proliferam periódicos de acesso gratuito, tal tipo de obra caberia melhor como um dossiê de acesso livre. A tentação de publicar em livro um trabalho como esse é compreensível, sediada em séculos de prestígio dos papéis encadernados, das boas editoras (que inexistem para a maioria dos periódicos digitais) e seus interesses econômicos. Mudar certos hábitos certamente não é fácil. Mas se não nós, quem?